

APRESENTAÇÃO

Os *Cadernos de História*, que estão sendo editados pela primeira vez na versão on-line, é uma revista do Departamento de História da UFPE, e apresenta-se como importante veículo na divulgação da produção de professores e alunos de todo o Departamento, concretizando a integração entre Graduação e Pós-Graduação. A revista - que possui Qualis B5 e periodicidade anual - tem tido grande repercussão no meio acadêmico, seja no campo da História, seja em áreas afins. O formato para meio eletrônico permite o acesso à revista para um público mais amplo.

Este número dos *Cadernos de História* está dedicado à História Ambiental, um campo de pesquisa que, apesar de ter uma trajetória superior a quatro décadas, continua sendo terra incógnita para muitos pesquisadores e estudantes. A História Ambiental é filha da preocupação com a destruição do ambiente no seu sentido mais amplo e, tanto contempla os problemas relativos à natureza, quanto os conflitos sociais que envolvem os ‘recursos’ materiais e humanos. Nas décadas de setenta e oitenta do século XX, alguns historiadores norte-americanos, europeus e asiáticos começaram a registrar as raízes dos problemas ambientais a partir de variadas fontes e abordagens. Muitos desses primeiros trabalhos buscavam denunciar as consequências da nossa prepotência frente ao mundo natural. Hoje, a História Ambiental não abandonou o seu interesse pela degradação da natureza, sobre aquela parte do ambiente não construído pelo homem. Pelo contrário, esse continua sendo um dos enfoques mais frequentes dentro dessa subdisciplina e encontra seu espaço em estudos que reconstroem as formas pelas quais as sociedades têm transformado o seu meio natural.

O estudo das ideias sobre a natureza é outra área de grande interesse, reforçada a partir dos pontos de encontro com a ecologia política. Os trabalhos que exploram o interesse sobre os chamados “recursos naturais” e as disputas que daí se originam, assim como o papel do Estado e das políticas públicas na transformação do ambiente

e na regulamentação do acesso a esses ‘recursos’, são outro ponto de interesse dos historiadores.

No Brasil, e na América Latina de uma forma geral, as pesquisas relativas às questões ambientais no campo das ciências humanas têm se desenvolvido mais lentamente que em outras regiões do mundo e só recentemente começou a se destacar como produção acadêmica, o que já nos permite falar do início de uma História Ambiental no âmbito local, regional e latino-americano, esforço ao qual esta publicação quer somar-se para desenvolver e divulgar esses trabalhos.

No âmbito do Curso de História da UFPE, esses estudos receberam um grande impulso com a inclusão do tema numa das linhas de pesquisas do Programa de Pós Graduação em 2010: Relações de Poder, Sociedade e Ambiente. Os textos que compõem este número são, em grande parte, exemplos do desenvolvimento desses esforços, que se iniciaram a partir do grupo de estudos Trabalho e Ambiente na História das Sociedades Açucareiras, dirigido pelas professoras Christine Rufino Dabat e Maria do Socorro de Abreu e Lima, congregando muitos alunos que terminaram dedicando suas monografias de conclusão de curso, dissertações de Mestrado e Teses, ao estudo dos mais variados temas dentro da perspectiva da História Ambiental. Também faz parte desse esforço, o grupo de estudos sobre História Indígena e Ambiental do **Núcleo de Estudos e Debates sobre a América Latina – (NEDAL) UFPE** – que se debruça sobre o tema desde 2010 e reúne alunos da graduação e da Pós-Graduação de História e áreas afins.

Os dezesseis artigos dessa revista se traduzem como diferentes maneiras de dizer o que é diversamente dizível, mas também como maneiras diversas de abordagem dos mesmos problemas, estabelecendo, dessa forma, diálogos entre si em diferentes níveis de profundidade. Este volume que apresentamos incorpora não só o olhar da História, mas também o da Antropologia, da Geografia e da Filosofia e, dessa forma, segue na contramão do exílio disciplinar, como parte da renovação dos saberes que, por diferentes caminhos, dão corpo a um todo diverso e ao mesmo tempo uno. Cada autor se debruçou sobre um dos muitos

universos que a História Ambiental nos possibilita. Dessa forma, esse número, sob o título *História Ambiental em suas Múltiplas Abordagens*, é um esforço conjunto de professores e alunos da UFPE e de professores convidados de outras instituições com um objetivo único, o de contribuir para a consolidação desse campo de estudos interdisciplinar, tendo a História como disciplina aglutinadora desses esforços.

O número que apresentamos agora, tem a honra de publicar em sua primeira parte, três grandes textos de mestres que nos presentearam generosamente com a contribuição dos seus trabalhos, permitindo e acreditando que fôssemos capazes de traduzi-los fielmente. Assim, abrimos o livro com a aula inaugural de **Philippe Descola**, professor no Collège de France, ainda inédita na língua portuguesa e que, embora tenha sido proferida em 2001, mantém-se ainda hoje como um dos grandes discursos sobre a idéia que as sociedades humanas têm a respeito do ‘resto do mundo’ de acordo com sua concepção de natureza. Segundo Descola, na medida em que o naturalismo é o princípio orientador da nossa própria cosmologia e encerra o nosso senso comum e o nosso princípio científico, torna-se para nós um pressuposto, de alguma forma ‘natural’, que fundamenta nossa epistemologia e a nossa percepção sobre o ‘outro’. Isso quer dizer que o nosso naturalismo determina a nossa perspectiva, o nosso ponto de vista sobre os outros, humanos e não humanos, e sobre o mundo em geral. Em seu conjunto, a proposta de Philippe Descola se apresenta como iconoclasta, uma vez que coloca em cheque a universalidade da oposição entre natureza e cultura. Para o autor, essa oposição é o produto específico de um determinado sistema de pensamento: o dualismo moderno associado a uma forma de humanismo, com os quais a Antropologia tende à autodestruição já que, nessa concepção, termina por separar cultura e natureza. Inicia, brilhantemente, seu texto referindo-se ao barão de Humboldt como um visionário que se debruçou sobre a intrínseca necessidade de associar a história humana à história natural, colocando o naturalista, portanto, no nível de um legítimo precursor da História Ambiental. Nesse texto,

Descola se propõe a “... compreender a unidade do homem através da diversidade dos meios que ele utiliza para objetivar um mundo do qual ele não é dissociável.”

Um outro generoso mestre aqui traduzido, é o professor **Sidney W. Mintz**, a quem podemos nos referir, se a censura das formalidades nos permite, como um velho conhecido, pela contribuição da sua valiosa obra nos nossos círculos de estudos, tendo sido a base teórica para muitos trabalhos desenvolvidos pelos nossos alunos de graduação e de pós-graduação. Em “**Cercas Vivas na Região de Fond-des-Nègres, Haiti**”, Mintz analisa como os camponeses de Fond-des-Nègres, utilizavam espécies distintas de plantas para diversos propósitos. As cercas vivas serviam tanto como barreiras para os animais quanto como símbolos de propriedade. Os habitantes dessa região controlavam, de forma sofisticada, o ambiente, empregando técnicas e métodos que demandavam baixo custo de energia. Esse trabalho é parte da pesquisa mais ampla que Sidney Mintz desenvolveu, durante os anos de 1960, sobre o sistema de mercado no Haiti e que aqui traduzimos pela primeira vez no Brasil.

“**Atitudes Frente à Natureza**”, texto do filósofo **John Passmore** e já publicado no Brasil em 1995 pela *Revista de Geografia da UFPE*, está sendo rememorado tanto pela atualidade da sua discussão, quanto pela necessidade de tornar esse texto, fundamental para os estudos ambientais, cada vez mais conhecido entre os que se iniciam numa área de estudos de natureza interdisciplinar. O autor discute questões que estão na base do pensamento e das práticas ocidentais acerca do mundo natural. Seria a natureza completamente ‘estranha’ ao ser humano? Teria ela uma existência objetiva? Haveria algum aspecto em que os homens seriam únicos em relação a outros seres vivos? Ao longo da história, as atitudes dos homens frente à natureza deram respostas variadas a esses questionamentos. No mundo ocidental, foco do artigo, desde a filosofia greco-cristã até a de Hegel, passando por Descartes e Kant, a natureza foi vista quase exclusivamente como existindo apenas, e tão somente, para servir ao homem e garantir o seu bem-estar, justificando-

se qualquer forma de exploração. Nas últimas décadas, no entanto, ecológos críticos vêm clamando por uma nova filosofia da natureza, uma nova metafísica, menos antropocêntrica, que deixe de perceber a natureza como 'estranheza'. O autor questiona a real necessidade dessa nova filosofia. Concordando que alguns aspectos das filosofias tradicionais devem ser ultrapassados, ele acredita que uma nova atitude frente à natureza está ligada a uma visão mais realista da mesma e ao seu significado para o ser humano.

Este volume em quatro partes, sendo a primeira o conjunto dos três textos acima mencionados, dois deles inéditos no Brasil; a segunda parte e a mais longa, composta por seis artigos, trata de temas relacionados às teorias e práticas sobre a paisagem: cultura, natureza e alteridade; a terceira parte, está orientada para as teorias e práticas políticas: a natureza domada - matas, rios e campos cultivados apresenta cinco artigos; e a quarta parte encerra a coletânea com dois artigos acerca das contribuições da Geografia e da História para a pesquisa sobre o clima na região Nordeste do Brasil. Em seu conjunto, este número da nossa revista põe em evidência os múltiplos elos que unem a História Ambiental à História das Ideias e à relação entre a ciência e a natureza.

Todos os artigos que compõem a segunda parte deste trabalho têm em comum uma ideia recorrente de natureza e de paisagem cuja composição se realiza a partir de diversos elementos humanos e não humanos, que são considerados como partes integrantes de um sistema de conceitos e de práticas que busca justificar comportamentos políticos, sociais e racistas que levaram a muitos conflitos. Em sua maioria, esses artigos trazem, de alguma forma e em algum momento, a discussão originada nos estudos de Thomas Rogers sobre a ideia de que os trabalhadores que compõem também a 'paisagem que trabalha' devem ser, a partir de uma ótica, tratados como todo o resto da natureza, como algo inferior e obediente àqueles que mandam. Trata-se de uma intersecção entre a História Ambiental e a História das Ideias, campo que abarca formas de pensar que vão do científico, passando pelo mitológico, até o senso comum.

No artigo intitulado **“O Pensamento Geográfico de Gilberto Freyre nos anos 1920 e 1930”**, **Thomas D. Rogers** traça um elemento peculiar do pensamento do sociólogo entre o período de seu retorno ao Brasil nos anos 1920 e a publicação de suas grandes obras na década seguinte. O autor lança um conceito de ‘paisagem’, tratando também da ideia e do uso que Freyre fez sobre o tema, procurando verificar a influência dessas noções no seu pensamento geográfico. O trabalho situa Gilberto Freyre dentro de duas gerações intelectuais — a sua própria e uma anterior, caracterizada pelas ideias de Joaquim Nabuco.

“Paisagem e Trabalho: a Visão de Plantadores Americanos sobre os Trabalhadores Chineses sob Contrato na ‘Monotonia Verde’ das Plantações em Meados do Século XIX”, de autoria de **Victor Hugo Luna Peres**, mostra como se estabeleceram as relações de produção e trabalho, assim como se desenvolveram as percepções, apropriações e usos do ambiente e dos seus recursos naturais e humanos entre os plantadores americanos de meados do século XIX.

José Marcelo Marques Ferreira Filho trabalha a ideia de natureza como instrumento para propósitos diferenciados ao longo da história. Em **“Usos da ‘Natureza’ na Construção dos Desiguais: dos Zoológicos Humanos aos Canaviais Pernambucanos”**, o autor mostra como esses usos aconteceram em dois lugares distintos: nos zoológicos humanos, muito comuns na Europa do século XIX, e nos canaviais pernambucanos, onde ideias distorcidas sobre a natureza contribuíram para justificar hierarquias sociais e econômicas, mas não biológicas.

Denise Figueirôa Bacelar apresenta o ser humano e os animais não-humanos como protagonistas de um extenso e controverso relacionamento ao longo da história. No artigo **“Entre a razão e o instinto: breves apontamentos histórico-filosóficos sobre a relação entre animais humanos e não-humanos no Ocidente”**, demonstra como essas relações, motivadas por concepções ocidentais da natureza, determinaram o tratamento e o destino dos outros animais em função das necessidades e/ou conveniências humanas. Trata brevemente de algumas das principais correntes de pensamento que resultaram na separação do ser humano da natureza, e na sua distinção e elevação em relação aos demais seres vivos.

“Fiapos de Carne Materna entre os Dentes, ou a Crônica do Suicídio Ambiental em Rapa Nui (Ilha De Páscoa)”, é o título do texto de **José Maria Gomes de Souza Neto**, que trata do colapso ambiental ocorrido na Ilha de Páscoa (Rapa Nui) em finais da Idade Média. A partir do conceito de *ecocídio* proposto por Jared Diamond, o autor discute os elementos que provocaram a catástrofe ambiental na ilha e suas consequências naquela sociedade.

“Grito de Liberdade: a Resistência nos Rastros da História – uma tentativa de compreender o Hip Hop” encerra a segunda parte dessa coletânea, onde **Mateus de Sá Barreto** explica o surgimento do Hip Hop no seio das plantações de cana-de-açúcar na América como forma de resistência; com linguagem e estética próprias; como movimento ligado a um contexto político-cultural específico do período escravista. Esse estudo insere-se no contexto de uma análise antropológica do “primitivo” a partir da qual são analisadas as minorias sociais urbanas. O texto trata, em última instância, do processo de desumanização do ser humano, onde os desumanizados vão buscar na expressão cultural que engendraram – o Hip Hop – formas de garantir e demonstrar sua humanidade.

Os cinco artigos reunidos na terceira parte da coletânea tratam da relação entre a ciência e o poder. Os argumentos aqui expostos promovem também, em maior ou menor grau, uma discussão sobre as transformações da paisagem que terminam por evidenciar, por si mesmas, as diferentes concepções de natureza entre grupos sociais e étnicos.

Em **“O Jardim Botânico de Olinda, entre o reformismo luso-brasileiro e as políticas agrárias no Império (1811-1854)”**, **Mateus Samico Simon** demonstra que durante os seus quarenta anos de funcionamento, o Jardim Botânico da cidade de Olinda (Pernambuco – Brasil) operou como um entreposto de trocas vegetais entre Pernambuco, as demais regiões do Brasil e o além-mar, bem como local de estímulo

à diversificação de cultivos estratégicos, associado à política reformista da Coroa lusitana em fins do século XVIII. No pós-independência as diretrizes básicas dessa política continuam a vigorar nos quadros da administração pública, em meio às tensões sociais internas e às incertezas das atividades exportadoras tradicionais – açúcar e algodão – criando a urgência de se encontrar um novo produto com inserção privilegiada nos mercados mundiais. Analisa o caso do Jardim Botânico de Olinda em relação ao contexto das políticas fomentistas coloniais e imperiais, que envolviam instituições análogas em outras localidades. Por outro lado, procura situar outras estratégias e interesses envolvendo as trocas vegetais, que levaram a adaptações e discussões sobre o futuro e utilidade dos jardins científicos brasileiros.

Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros faz uma análise comparativa entre o Recife do século XXI e a Intendência de Puebla, México, século XVIII, a partir do controle da água. Para o artigo intitulado “**O Estado e o controle da água: um estudo comparativo entre a Intendência de Puebla no século XVIII e o Recife**”, o autor utilizou dados de órgãos oficiais, de mídias eletrônicas e os resultados da pesquisa desenvolvida por Sonya Lipsett-Rivera acerca de Puebla. Assim, trabalhou analogamente com fontes primárias e secundárias, com foco nos pontos de contato entre os dois cenários, como: demandas criadas pela água, alternativas para obter água, abrangência do poder do Estado no controle da água, e consequências da escassez. A partir dessa análise comparativa, discute a transição dos dois momentos, tendo em vista as alterações provocadas pela interação entre o quadro natural e o Estado, mediante o uso da tecnologia. Muito embora dois séculos separem os contextos históricos focalizados nessa análise, alguns elementos legitimam essa comparação, como a postura do Estado e as necessidades básicas das camadas populares, ambas marcando tanto as permanências seculares, quanto as rupturas de longo e curto prazo no contexto histórico.

O artigo “**Novo Código Florestal Brasileiro: a Construção da Legislação sobre Florestas no Brasil**” trata das propostas de alteração do atual Código Florestal Brasileiro que, segundo **Raíssa**

Orestes Carneiro estão na contramão de toda a discussão ambiental que vem sendo realizada desde, pelo menos, a década de 1970, quando especialistas do mundo inteiro começaram a alertar para a necessidade de preservação do meio natural, inclusive para a própria sobrevivência do ser humano. A autora se propõe a verificar quais elementos levaram à construção dos argumentos a favor de um novo código. Para tanto, recorre à análise da concepção de natureza e, particularmente, da noção de preservação florestal desenvolvida ao longo da História do Brasil e das nações que o influenciam diretamente, notadamente as da Europa Ocidental.

“**O Recente Debate entre o Controle Ambiental e Atividade Sucroalcooleira em Pernambuco**”, é o foco do artigo em que **Maiara Gabrielle de Souza Melo** discute a recente história do controle ambiental dado a partir da atividade sucroalcooleira em Pernambuco. O texto se debruça sobre quatro fases históricas que compõem esse processo: a primeira durante a colonização, quando o controle ambiental era inexistente; a segunda compreende o início do controle ambiental em Pernambuco a partir de 1946; a terceira corresponde ao período que se inicia a partir da promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente; e a quarta fase, quando o controle ambiental é focado na geração de resíduos do setor sucroalcooleiro. Este artigo torna evidente que a existência de leis ambientais não impede a prática de uma gestão ambiental ineficiente e morosa.

Sob o título “**Os Xukuru e o Rio Ipojuca: Monoculturas, Fábricas, Migrações e Problemas Socioambientais**”, os três autores desse artigo discutem as condições sócio-ecológicas do entorno do rio que banha as terras da Serra do Ororubá, moradia da etnia indígena Xukuru, situada em Pesqueira, região Agreste de Pernambuco, Brasil. **Bartira Ferraz Barbosa, Denise Batista de Lira e Edmundo Monte** tratam das particularidades geo-ecológicas e culturais dessa região, registrando entre outros aspectos, o índice de poluição do rio Ipojuca, resultado dos investimentos industriais e da monocultura regional que resultaram num processo de destruição ambiental, afetando a sobrevivência e a vida cultural

da comunidade indígena Xukuru. Os autores também apresentam de que forma essa população indígena tem se posicionado política e culturalmente frente a esse processo que envolve diferentes esferas do poder.

A contribuição de ciências como a Geografia e a Climatologia, entre outras disciplinas, têm muito a nos ensinar sobre o mundo natural e sobre as implicações do nosso posicionamento em relação a ele. Nessa parte final da nossa publicação, o enfoque está dirigido à ideia de que a História Ambiental deve ser considerada tanto a partir da preocupação dos efeitos das ações humanas sobre os demais elementos da natureza, quanto deve se debruçar, também, sobre a natureza como um agente da História humana.

O texto de **Lucivânio Jatobá** analisa as causas prováveis da existência do semiárido no território brasileiro. Sob o título **“Um Pouco da História das Condições Climáticas do Trópico Semiárido Brasileiro”**, o autor retoma uma antiga tese defendida por dois geógrafos pernambucanos - Gilberto Osório de Andrade e Rachel Caldas Lins- segundo a qual existe uma relação estreita entre o anticiclone semi-fixo do Atlântico Sul, o deserto do Kalahari e da Namíbia e o semiárido da Região Nordeste do Brasil. Numa linguagem didática, o autor caracteriza a massa de ar denominada Tépidia Kalahariana (TK), que seria a principal causa da semiaridez observada no Brasil. Por último, examina a notável expansão dos climas secos regionais sobre o território brasileiro durante o Último Máximo Glacial.

Sob o título **“A Importância dos Estudos Climáticos para a História Ambiental”** trago um breve histórico sobre a construção da subdisciplina e introduzo uma análise sobre a contribuição dos estudos climáticos no mundo e sua importância para o atual estado do desenvolvimento de pesquisas sobre o mesmo tema no Brasil. Apresento o estudo do clima, a partir de uma perspectiva histórica interdisciplinar, como fundamental para a compreensão das questões ambientais de forma mais ampla. O artigo fecha este volume com uma proposta de pesquisa no campo da história climática para a região Nordeste do Brasil e apoiada em dados históricos, arqueológicos, climatológicos e com base, também, em dados de outras disciplinas afins.

Com a publicação deste volume dos *Cadernos de História*, esperamos contribuir para a expansão da História Ambiental em suas relações com as demais disciplinas, considerando que a nossa posição em relação às questões ambientais reflete-se diretamente sobre o desenvolvimento das sociedades humanas, assim como a maneira como entendemos o meio natural nos diz muito sobre nossa visão de mundo. Os artigos aqui reunidos tratam de dimensões ambientais variadas, tentando estabelecer pontes com outros tipos de história e de saberes que ainda persistem em desconsiderar esses elos vitais.

Agrademos a colaboração dos professores Sidney W. Mintz e Philippe Descola, autores convidados para este volume, e ao editor da *Revista de Geografia da UFPE*, professor Ranyére Silva Nóbrega, que autorizou a publicação da tradução revisada do texto de John Passmore (*in memoriam*). Agradecemos à professora Christine Rufino Dabat, a José Marcelo Marques Ferreira Filho e Raissa Orestes Carneiro pelo primoroso trabalho de tradução. A Mateus Samico Simon pela ilustração da capa criada a partir de um desenho de sua autoria. Aos revisores Mateus Samico Simon, Victor Hugo Luna Peres, José Marcelo M. F. Filho, Ana Karolina Pinto da Silva e Raissa Orestes Carneiro, todos colaboradores empenhados em fazer dos *Cadernos de História* uma publicação cada vez mais valiosa.

Patrícia Pinheiro de Melo
(Organizadora)